



## **LEI ORDINÁRIA Nº 1087**

*de 13 de abril de 2016*

### **"Fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Chapadão do Sul - MS e dá outras providências".**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL - MS, aprovou e o PREFEITO MUNICIPAL sanciona e promulga a seguinte Lei:*

#### ***Art. 1º..***

*Fica o subsídio mensal dos Vereadores do Município de Chapadão do Sul - MS para a legislatura de 2017 a 2.020, fixado no importe de 25% (vinte e cinco por cento) dos Subsídios dos Deputados Estaduais, e que corresponde nesta data a R\$ 6.330, 00 (seis mil trezentos e trinta reais), consoante o Ato nº 4.601/2014 - MESA DIRETORA da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme estabelece o Art. 2º da Lei Estadual 3.986/2010 ora em R\$ 25.322,25 (vinte e cinco mil trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).*

#### ***Art. 2º..***

*O Subsídio mensal do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Sul - MS fica fixado em R\$ 7.590,00 (sete mil quinhentos e noventa reais), e o subsídio mensal do 1º Secretário da Mesa Diretora fica fixado em R\$ 6.963, 00 (seis mil novecentos e noventa e três reais).*

#### ***Art. 3º..***

*O subsídio de que trata o artigo anterior serão revisados conforme determina o art. 37, inciso X da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998.*

**Art. 4º..**

*Os Vereadores perceberão, durante toda a legislatura, até o dia 20 (vinte) de dezembro o valor correspondente a mais um subsídio, a título de gratificação natalina.*

**Art. 5º..**

*O subsídio dos Vereadores não poderá ultrapassar ao índice percentual de 5% da receita do Município, observando ainda o Duodécimo Mensal deste Poder Legislativo e as disposições insertas na Lei Complementar Federal n.º 101 e demais normas legais pertinentes.*

**Art. 6º..**

*A ausência do vereador à sessão ordinária, ou a sua não participação na ordem do dia da sessão legislativa realizada, implicará no desconto de % (um quarto) do valor do seu subsídio mensal para cada falta verificada, salvo justificativa apresentada tempestivamente ou consoante permissão regimental.*

**Art. 7º..**

*No período do recesso legislativo, os subsídios mensais serão pagos de forma integral.*

**Art. 8º..**

*As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária: 3.1.90.11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil consignada no Orçamento do Poder Legislativo Municipal em cada exercício financeiro.*

**Art. 9º.**

*Esta Lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

*LUIZ FELIPE BARRETO MAGALHÃES*

*Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 1087/2016 - 13 de abril de 2016*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*